

CONTRATO Nº [•]/[•]

ANEXO 17 GLOSSÁRIO

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS

GLOSSÁRIO

1.1. Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listados abaixo, quando utilizados e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados, tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ACORDO TRIPARTITE	Acordo firmado entre agente fiduciário, representando os FINANCIADORES, ou diretamente pelos FINANCIADORES, o PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CONCESSIONÁRIA, que disciplina a relação entre as partes visando à plena execução do CONTRATO, e a preservação dos interesses dos FINANCIADORES, nos termos do ANEXO 09.
ADJUDICATÁRIA	LICITANTE VENCEDORA à qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO, nos termos da legislação aplicável e do EDITAL.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Órgãos ou entidades da Administração Pública direta e indireta, federal, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios.
AGENTE	Representante do conjunto de CREDORES, inclusive agente fiduciário, perante a ARTESP e o PODER CONCEDENTE, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos pelo acordo a ser celebrado nos termos do ANEXO 09.
ANEXOS e APÊNDICES	Conjunto de documentos, parte integrante do EDITAL e do CONTRATO, conforme listagem.
APLICAÇÕES PERMITIDAS	Aplicações em ativos financeiros indicados na Cláusula 5 do contrato de administração de contas, objeto do ANEXO 19, devendo ser administradas por INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de primeira linha.
APORTE PÚBLICO	Montante a ser pago pelo Estado de São Paulo à CONCESSIONÁRIA pela realização dos INVESTIMENTOS a ser liberado conforme regramento previsto no ANEXO 15.
APROVAÇÃO	Aprovação a ser requerida pela CONCESSIONÁRIA, em até 30 (trinta) dias de antecedência do fim do

	prazo da FASE DE TRANSIÇÃO, e a ser emitida pela ARTESP, com apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, para início da FASE DE OPERAÇÃO.
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ou APP	Área de proteção ambiental, coberta ou não por vegetação nativa, nos termos da Lei Federal nº 12.651/2012.
ÁREAS DE PORTOS ORGANIZADOS	Áreas delimitadas por ato do Poder Executivo que compreendem as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado, nos termos do art. 2º, inciso II, da Lei nº 12.815/2013.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 914/2002, que figura no CONTRATO na condição de interveniente.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Etapa inicial da LICITAÇÃO, realizada no dia [•] de [•] de 20[•], em atendimento ao artigo 29, da Lei Estadual nº 10.177/1998, bem como ao artigo 21, da Lei Federal nº 14.133/21, para tornar público o modelo desta CONCESSÃO PATROCINADA, esclarecer dúvidas e colher contribuições para a elaboração do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES.
AUTO DE INFRAÇÃO	Documento contendo indicação de ato ou fato potencialmente sujeito à aplicação de penalidades contratuais ou regulamentares decorrentes da apuração de irregularidades verificadas durante as fiscalizações realizadas no SISTEMA DE TRAVESSIAS. Deverá a ARTESP encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e ANEXOS
AValiação DE DESEMPENHO	Avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual, a ser conduzida mensalmente pela ARTESP, nos termos do CONTRATO e seu ANEXOS.
	B3 S.A – Brasil, Bolsa e Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na

B3	Rua XV de Novembro nº 275, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização da Licitação.
BALSA	Termo regional usado para identificar EMBARCAÇÃO sem motorização destinada a transportar veículos no convés corrido.
BANCO DEPOSITÁRIO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, autorizada a prestar os serviços de custódia de recursos financeiros para as PARTES e para a ARTESP, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES
BENS DA CONCESSÃO	Todo e qualquer bem afetado à prestação do SERVIÇO DELEGADO associado à exploração do SISTEMA DE TRAVESSIAS, constante no ANEXO 2, cuja posse, guarda, manutenção, conservação e vigilância são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO, incluindo: bens repassados pelo PODER CONCEDENTE ou adquiridos ou incorporados por ação da CONCESSIONÁRIA
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO, conforme disciplina da Cláusula Décima Quarta, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços.
BILHETE	Documento que garante o direito de viagem reconhecido pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP para validação do acesso do USUÁRIO ao SISTEMA DE TRAVESSIAS.
BLOCO DE CONTROLE	Grupo de acionistas da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO que exerce poder de CONTROLE sobre a companhia.
	Conselho Administrativo de Defesa Econômica,

CADE	nos termos da Lei Federal nº 12.529/2011, ou entidade que venha a substituí-lo.
CADIN ESTADUAL	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, instituído pela Lei Estadual nº 12.799/2008, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 53.455/2008, no qual se registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de São Paulo.
CADMADEIRA	Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira, criado pelo Decreto Estadual nº 53.047/2008.
CATAMARÃ	Embarcação bi-casco.
CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO ou CSN	Certificado emitido para uma EMBARCAÇÃO para atestar que as vistorias previstas nas normas da Autoridade Marítima foram realizadas nos prazos previstos.
CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de 4 (quatro anos) que antecede o início do processamento da REVISÃO ORDINÁRIA. O PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA tem início a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA e perdurará por 4 (quatro) anos – momento em que será iniciado o SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, e assim sucessivamente.
COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO	Comissão instituída pela ARTESP com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução e/ou transferência do SISTEMA DE TRAVESSIAS, estabelecidas no CONTRATO e no ANEXO 10.
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	Comissão responsável pelo recebimento, exame e julgamento de todos os documentos licitatórios, e por conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO

COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS	Mecanismo de gestão contratual e mitigação de riscos, constituído pelas PARTES para prevenir e solucionar potenciais divergências de natureza técnica ou econômico-financeira relativas ao CONTRATO, com competência específica às questões indicadas no Anexo 19.
CONCESSÃO ou CONCESSÃO PATROCINADA	Relação jurídica formada pela delegação das atividades objeto do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP, à CONCESSIONÁRIA, nos termos, prazos e condições estabelecidas no CONTRATO, nos ANEXOS e nos APÊNDICES
CONCESSIONÁRIA ou CONTRATADA	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO constituída pela ADJUDICATÁRIA, que firma o CONTRATO com o PODER CONCEDENTE, com a interveniência da ARTESP, para prestar os SERVIÇOS DELEGADOS, segundo as leis brasileiras e nos termos do CONTRATO
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.
CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	Documentos e respectivas condições observados e apresentados pelos participantes da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [•] /20[•], relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, na forma do EDITAL.
CONSELHO DIRETOR DA ARTESP	Última instância decisória da ARTESP, cuja composição e competências são definidas na Lei Complementar Estadual nº 1.413/24 e no Regimento Interno da ARTESP.
CONSÓRCIO	Associação de sociedades, fundos ou entidades com o objetivo de participar da LICITAÇÃO que deverá, e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, segundo as leis brasileiras.

CONSULTA PÚBLICA	Etapa da LICITAÇÃO, realizada para divulgação da minuta de EDITAL, da minuta de CONTRATO e demais ANEXOS e APÊNDICES, bem como para o recebimento de sugestões dos interessados.
CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA ou CONTA CENTRALIZADORA	A conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA, com movimentação restrita, disciplinada no APÊNDICE B, para a qual deverá ser transferida a totalidade da RECEITA TARIFÁRIA BRUTA da CONCESSIONÁRIA
CONTRATO	CONTRATO de concessão patrocinada dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA DE TRAVESSIAS do Estado de São Paulo, para que a CONCESSIONÁRIA o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco.
CONTRATOS DE SERVIÇOS ESSENCIAIS	Contratos vigentes na DATA DE ASSINATURA, celebrados pelo PODER CONCEDENTE e terceiros, que poderão ser objeto de transferência para CONCESSIONÁRIA, na forma do Item 7 do Apêndice 09.
CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS	Contrato celebrado com o BANCO DEPOSITÁRIO, tendo por objetivo o regramento e a movimentação da CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE B

CONTROLE	Observados os termos do artigo 116, da Lei Federal nº 6.404/1976, significa o direito de: (a) deter a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e (b) usar efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar.
CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS ou CONTROLADORA	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018
CONVÉS CORRIDO	Convés (deck) plano de uma EMBARCAÇÃO.
CORRETORA CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, devidamente autorizada a operar na B3, que, a critério da(s) LICITANTE(S), poderá ser contratada para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS da B3 que constitui o ANEXO 15.
CREDENCIAMENTO	Procedimento realizado para representação das LICITANTES na SESSÃO PÚBLICA e em todos os demais atos da LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no EDITAL.
CREDORES	Conjunto formado pelos agentes e financiadores, incluindo os garantidores das operações e fiadores, relacionados nos documentos e contratos de financiamento.
CRONOGRAMAS	Conjunto formado pelo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO dos PLANOS DE INVESTIMENTOS.
CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL	Cronograma de integralização do capital social da SPE, disciplinado no ANEXO 12.

SOCIAL	
CRONOGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DAS EMBARCAÇÕES	Cronograma de substituição das EMBARCAÇÕES, disciplinado no ANEXO 3.
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Cronograma contendo o detalhamento dos investimentos previstos no PLANO DE INVESTIMENTOS, e daqueles incluídos em sede das REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, e que integrarão os correspondentes PLANOS DE INVESTIMENTOS. Os valores totais dos investimentos no cronograma devem seguir aqueles indicados no EVTE ou nas correspondentes REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, ao passo que a evolução da execução do investimento, com a distribuição própria ao longo dos anos contratuais, deve seguir o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO DE INVESTIMENTOS, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados nos ANEXOS 3, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão dos INVESTIMENTOS.
DADO PESSOAL	Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
DATA DE ASSINATURA	Data em que o CONTRATO foi assinado pelas PARTES.
DATA DE INÍCIO	É a data de emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA pela ARTESP, observadas as condições previstas no CONTRATO
DATA DE ENCERRAMENTO	A data em que todas as obrigações decorrentes dos DOCUMENTOS DA CONCESSÃO forem cumpridas

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA	Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo, declarando a utilidade pública das áreas necessárias para a implantação do objeto da presente CONCESSÃO, para fins de desapropriação ou servidão administrativa. Este termo também se aplica, para os fins do CONTRATO, caso necessária emissão de declaração de interesse social, nos termos das normas aplicáveis.
DESCONTO POR DESEMPENHO	Valor que impactará a remuneração da CONCESSIONÁRIA de acordo com o nível de atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA, a ser medido pelos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos dos ANEXOS 8 e 14.
DEVOLUÇÃO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS	A devolução, de todo ou parte do SISTEMA DE TRAVESSIAS, pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, nos moldes do ANEXO 10.
DIRETOR DA SESSÃO	Representante da B3 que conduzirá a SESSÃO PÚBLICA de abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇO, em nome da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, segundo os ditames do EDITAL.
DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no Envelope de Credenciamento, nos termos do item 11 do EDITAL.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Documentos que deverão ser apresentados pela LICITANTE no ENVELOPE de habilitação, relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo
EDITAL OU EDITAL DE LICITAÇÃO	O Edital de Concorrência Internacional nº [•] /20[•] e todos os seus ANEXOS e APÊNDICES.
EMBARCAÇÕES	Veículos aquaviários integrantes do SISTEMA DE TRAVESSIAS, transferidos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, regularizados junto à

	Autoridade Marítima descritos no ANEXO 2 e nas obrigações decorrentes do ANEXO 3, contemplando-se tanto Lanchas para transporte de PEDESTRES E CICLISTAS, quanto <i>Ferry Boats</i> para transporte de todas as categorias de USUÁRIOS.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia.
EMPURRADOR	EMBARCAÇÃO motorizada destinada a empurrar BALSA a contrabordo (na lateral).
ENCARREGADO	Pessoa indicada pelo CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS e pelo OPERADOR DE DADOS PESSOAIS para atuar como canal de comunicação entre o CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS, os TITULARES DOS DADOS PESSOAIS e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
ENVELOPE	Invólucro opaco, lacrado, inviolado e rubricado no fecho, que contém a GARANTIA DE PROPOSTA, a PROPOSTA DE PREÇO e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das LICITANTES.
ESTADO	Estado de São Paulo.
ESTALEIROS	Instalações à beira-mar do SISTEMA DE TRAVESSIAS, onde são construídas e reparadas as EMBARCAÇÕES, descritos no ANEXO 2.
ESTRUTURA TARIFÁRIA	Consiste na estrutura de TARIFAS previstas na CONCESSÃO, disciplinada no DECRETO e no ANEXO 4.
EVENTOS DE DESEMBOLSO	Eventos descritos no ANEXO 15, cuja configuração ensejará o pagamento das respectivas parcelas de APORTE PÚBLICO.
EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO	Evento, cuja ocorrência no SISTEMA DE TRAVESSIAS será reconhecida pela ARTESP, de forma unilateral ou mediante provocação da CONCESSIONÁRIA, em face da publicação no DOE do decreto de calamidade pública pelo PODER CONCEDENTE ou por outro ente federativo competente, e da identificação de avarias no SISTEMA RODOVIÁRIO que

	demandem a realização de intervenções de manutenção emergencial para a restauração da operação e para a segurança dos USUÁRIOS.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do presente CONTRATO, conforme Cláusulas Vigésima Segunda a Vigésima Quinta do CONTRATO, e que enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
EVTE	Estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, que apresenta os valores estimados e os anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, apresentado pela CONCESSIONÁRIA nos termos regradados pelo CONTRATO.
FASE DE TRANSIÇÃO	Período preparatório, com duração de até 6 (seis) meses, no qual a CONCESSIONÁRIA capacita-se para a operação dos SERVIÇOS, findando-se com a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, após o cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO, bem como no APÊNDICE 08.
FASE DE OPERAÇÃO	Período que se inicia a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, e se prolonga até o final do PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA, sendo subdividido na ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, na ETAPA DE OPERAÇÃO PARCIAL e na ETAPA DE OPERAÇÃO COMERCIAL PLENA
FATOR DE OPERAÇÃO	Reflete a progressividade dos investimentos, como disciplinado no Anexo 14.
FATOR DE VOLUME OPERACIONAL	É um fator relacionado à variação do volume operacional. Ele ajusta a PARCELA FIXA de acordo com o período de referência.
FERRYBOAT	Embarcação autopropelida destinada a transportar veículos e passageiros no convés corrido.

FIANÇA	Carta de Fiança Bancária a ser contratada pela LICITANTE no qual o banco fiador obriga-se perante os CREDORES da licitante, conforme termos definidos no item 10) MODELO DE CARTA-FIANÇA do ANEXO 18.
FLUTUANTES	São todas as EMBARCAÇÕES sem propulsão que operam em local fixo e determinado.
FINANCIADORES	Bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos ou outras entidades que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA ou representem as partes credoras neste financiamento.
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO	A operação contratada pela CONCESSIONÁRIA, como devedora, para obter recursos de terceiros para a execução de suas obrigações contratuais, cujas obrigações de pagamento do montante principal da dívida tenham prazo médio de vencimento superior a 5 (cinco) anos.
GARANTIA PÚBLICA	Garantia prestada pelo PODER CONCEDENTE, para garantir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a qual deverá ser mantida durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos e condições estabelecidos no CONTRATO.
GARANTIA DA EXECUÇÃO	Garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada e mantida em vigor, pela CONCESSIONÁRIA, em favor da ARTESP, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula Trigésima Segunda do CONTRATO.
GARANTIA DA PROPOSTA	Garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas LICITANTES, nos termos do EDITAL.
GARANTIDORES	Companhias seguradoras autorizadas a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, que celebrem contratos com a CONCESSIONÁRIA necessários à cobertura dos

	riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de serviços objeto da CONCESSÃO, ou INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS responsáveis pela emissão de FIANÇA
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o GRUPO ECONÔMICO da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil, e do artigo 243, da Lei Federal nº 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, administradores, exceto conselheiros de administração, gestores ou acionistas (estes últimos com mais de []% ([] de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.
HABILITAÇÃO JURÍDICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação jurídica para contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE	Significa a condenação, da CONCESSIONÁRIA ou de algum de seus diretores, administradores ou gestores, nesta qualidade, em processo administrativo de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e/ou do Decreto Estadual nº 60.106/2014; ou o acolhimento, há mais de 30 (trinta) dias, de (i) denúncia criminal por prática das condutas tipificadas nos artigos 332 e 333, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), e/ou artigos 90 a 95 e 97, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; ou (ii) de ação civil pública proposta nos termos dos artigos 9º e 10, da Lei Federal nº 8.429/1992, em todos os casos quando

	acompanhadas de indícios de autoria, materialidade e de lastro probatório mínimo das condutas que deram origem a tais procedimentos e sem que o prosseguimento de tais ações tenha sido obstado por decisão judicial definitiva ou acautelatória. Somente serão considerados, para fins desta definição, procedimentos em que a parte lesada seja a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, direta ou indireta, do Estado de São Paulo.
INDICADORES DE DESEMPENHO	Conjunto de parâmetros, medidores da qualidade dos serviços prestados, que contribuirão para determinar o IQD nos termos do ANEXO 08.
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Qualquer instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou órgão análogo, quando se tratar de instituição estrangeira, que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que interfiram ou sofram interferência, ou possam vir a fazê-lo, de forma direta ou indireta, em razão de atividade objeto do CONTRATO desempenhada pela CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO ou INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS	Inventário dos bens, investimentos e obras a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, composto pelo TERMO DE ARROLAMENTO DE BENS REVERSÍVEIS, o qual deverá ser realizado por meio de vídeo registro georreferenciado conforme especificações do ANEXO 07.
INVESTIGAÇÃO INDEPENDENTE	Atividade de investigação por entidade externa à CONCESSIONÁRIA, que não seja PARTE RELACIONADA e não esteja prestando ou tenha prestado serviços à CONCESSIONÁRIA nos últimos seis meses, para que apure, com

	independência técnica, sem a ingerência da direção ou demais empregados, colaboradores ou prestadores de serviço da CONCESSIONÁRIA, o envolvimento da CONCESSIONÁRIA, de forma direta ou indireta, na prática de INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a substituí-lo na hipótese de sua extinção.
INVESTIMENTOS	Investimentos obrigatórios para reabilitação, ampliação e conservação constantes nos ANEXOS 3 e 4
LANCHA	Termo regional usado para denominar EMBARCAÇÕES de transporte de passageiros
LEI DAS CONCESSÕES	Lei Federal nº 8.987/1995 e respectivas alterações e regulamentação
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Lei Federal nº 9.605/1998 e respectivas alterações e regulamentação.
LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, LICENÇA DE INSTALAÇÃO ou LI	Licenças Ambientais que autorizam a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, LICENÇA DE OPERAÇÃO OU LO	Licença Ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores – LICENÇA PRÉVIA e LICENÇA DE INSTALAÇÃO – com as medidas de controle ambiental e condicionantes necessárias para a operação.
LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, LICENÇA PRÉVIA ou LP	Licença Ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

LICENÇAS AMBIENTAIS	Licenças ambientais emitidas por órgãos ambientais competentes.
LICITAÇÃO ou CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Procedimento administrativo, consubstanciado na CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [·]/20[·], promovida pelo PODER CONCEDENTE para a seleção da CONCESSIONÁRIA que executará o objeto da CONCESSÃO.
LICITANTE	Sociedades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos e/ou entidades que, isoladamente ou reunidas em consórcio, que participam da LICITAÇÃO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE declarada vencedora por ter apresentado a proposta mais bem classificada e atendido a todas as condições do EDITAL.
LITORAL CENTRO	Área geográfica em que se encontram as travessias “Santos – Vicente de Carvalho”, “Santos – Guarujá” e “Bertioga – Guarujá”, nos termos do ANEXO 2.
LITORAL NORTE	Área geográfica em que se encontra a travessia “São Sebastião – Ilhabela”, nos termos do ANEXO 2.
LITORAL SUL	Área geográfica em que se encontram as travessias “Cananéia – Ilha Comprida”, “Iguape – Juréia”, “Cananéia – Continente” e “Cananéia – Ariri”, nos termos do ANEXO 2.
MANUAL DE PROCEDIMENTOS	Documento elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame, conforme ANEXO 15
MARINHA DO BRASIL	Instituição militar que exerce o papel de Autoridade Marítima, responsável pela normatização e fiscalização dos assuntos ligados à Segurança da Navegação, à Marinha Mercante, ao Ensino Profissional Marítimo e à Prevenção da Poluição Hídrica causada por EMBARCAÇÕES.

NEGÓCIOS PÚBLICOS	Potenciais ativos ou fontes de geração de receitas adicionais identificados pela ARTESP, pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, que possam ser explorados por meio de estruturas contratuais ou societárias, ou, ainda, a partir de ferramentas de direito societário e/ou de mercado de capitais, cuja proposição compreenda a participação do PODER CONCEDENTE, e preveja regras claras sobre a forma de atuação e as responsabilidades dos atores público e privado, além do compartilhamento dos riscos envolvidos e o das receitas estimadas.
NOVO BANCO DEPOSITÁRIO	É o agente financeiro substituto do BANCO DEPOSITÁRIO que renuncie ao exercício de suas funções previstas no Contrato de Administração de Contas, objeto do ANEXO 19, que passa a assumir tais funções.
NOTIFICAÇÃO DE ALERTA	Comunicado a ser expedido pela ARTESP ou pelo Agente, conforme o caso, sempre que ocorrer algum evento de alerta nos termos do ANEXO 08.
NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO	Notificação encaminhada pela CONCESSIONÁRIA ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e à ARTESP comunicando a conclusão dos INVESTIEMNTOS relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, para fins de transferência da correspondente parcela do APORTE PÚBLICO, conforme previsto no ANEXO 15
NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO	Notificação encaminhada ao BANCO DEPOSITÁRIO, indicando o valor de repasse do APORTE PÚBLICO, conforme previsto no ANEXO 15.
NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	Notificação encaminhada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE à CONCESSIONÁRIA, à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE, conforme previsto no ANEXO 15.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a [•]% ([•]) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA, a ser pago à ARTESP em função das atividades de

	sua competência realizadas.
OPERAÇÃO ASSISTIDA	Etapa da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, a ser realizada nos termos do ANEXO 3 e do CONTRATO.
OPERADORA DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.
ORDEM DE REESTABELECIMENTO DA OPERAÇÃO	Documentos a serem emitidos pelo AUDITOR INDEPENDENTE, determinando o reestabelecimento da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL a contar do prazo que havia sido inicialmente suspensa, conforme Apêndice 08.
ORDEM DE SUSPENSÃO DA OPERAÇÃO	Documentos a serem emitido pelo AUDITOR INDEPENDENTE, determinando a suspensão da OPERAÇÃO COMERCIAL por inadimplemento das condições específicas da CONCESSIONÁRIA, nos termos do Apêndice 08.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARCELA FIXA	Parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA que independe das viagens realizadas nos termos do item 2.3 do ANEXO 14.
PARCELA VARIÁVEL	Parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA EFETIVA que depende das viagens realizadas nos termos do item 2.3 do ANEXO 14.
PARTES RELACIONADAS	Com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa do seu GRUPO ECONÔMICO, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes.
PARTICIPANTE CREDENCIADA	Sociedade corretora habilitada pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), devidamente autorizada a operar na B3 e que poderá ser contratada pela(s) LICITANTE(S), a critério destas, para representá-la(s) em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3, conforme o MANUAL DE PROCEDIMENTOS da B3 que constitui o ANEXO 19.

PLANO ANUAL DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO	Documento a ser elaborado, dispondo sobre a infraestrutura de TERMINAIS e ESTALEIROS, a fim de garantir o cumprimento das normas vigentes da ARTESP e da ABNT, nesta ordem, quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das obras devolvidas e/ou transferidas.
PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO	Documento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à aprovação da ARTESP, dispondo sobre processo de desmobilização do SISTEMA DE TRAVESSIAS ao final da CONCESSÃO PATROCINADA, fim de viabilizar a reversão dos BENS REVERSÍVEIS e garantir a contínua e adequada prestação dos serviços.
PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL ou PEI	Documento a ser elaborado, mantido atualizado e periodicamente revisado pela CONCESSIONÁRIA para cada uma das TRAVESSIAS que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS, nos termos do ANEXO 4.
PLANOS DE INVESTIMENTOS	Documento apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e investimentos definidos e detalhados nos ANEXOS, o qual será revisado nas REVISÕES ORDINÁRIAS e, eventualmente, nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, mediante emissão de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS.
PLANO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Documento a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para a emissão do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, no qual deve ser detalhado o procedimento para aquisição das LICENÇAS AMBIENTAIS necessárias ao empreendimento, segundo definição da CETESB.
PLANO DE SEGUROS	Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, nos termos do CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, e dos demais

	seguros de que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.
PODER CONCEDENTE	O Estado de São Paulo, titular do serviço público de transporte intermunicipal, incluindo respectiva infraestrutura, representado neste CONTRATO pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)
POLÍGONO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS	Delimitação de área estabelecida por ato do Poder Executivo federal contida no interior da ÁREA DO PORTO ORGANIZADO, reservada à operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS. Para os fins do CONTRATO o POLÍGONO DO SISTEMA DE TRAVESSIAS também compreende operação das EMBARCAÇÕES na área descrita no ANEXO 2
POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	Documento elaborado e aprovado pelos órgãos de administração da CONCESSIONÁRIA, que deverá conter as regras e condições para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nos termos do CONTRATO.
PRAZO DA CONCESSÃO	O prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA que marca o fim de OPERAÇÃO ASSISTIDA, nos termos da cláusula 14.22
PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA.
PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRÃO	Procedimentos a serem elaborados e adotados pela CONCESSIONÁRIA na operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS, conforme disposto nos ANEXOS 3 e 4.
PROGRAMA ANUAL DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO ou PSC	Documento a ser apresentado anualmente pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP contendo relatório de manutenção do SISTEMA DE TRAVESSIAS LITORÂNEAS.
PROGRAMA DE CONFORMIDADE	Programa a ser desenvolvido pela

	CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 27.13 do CONTRATO
PROGRAMA DE PRIVACIDADE DE DADOS	Programa a ser desenvolvido pela Concessionária nos termos da Cláusula 20.3.3 do CONTRATO
PROGRAMA DE TREINAMENTO	Atividade a ser conduzida pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de qualificar aqueles que trabalham na operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS, nos termos do ANEXO 3.
PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL	Documento a ser apresentado anualmente pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP detalhando as perspectivas da operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS para o ano subsequente, ajustada à demanda prevista e à realização dos INVESTIMENTOS, respeitando-se o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 8.
PROGRAMAÇÃO OPERACIONAL PARA O PRIMEIRO ANO	Documento com a programação mínima de viagens apresentada no ANEXO 3 para ser executada pela CONCESSIONÁRIA no primeiro ano da CONCESSÃO.
PROJETOS DE ENGENHARIA	Conjunto de elementos que permitem a caracterização da obra ou do serviço, sua estimativa de custo e o prazo de execução, assim como os elementos necessários e suficientes à execução dos INVESTIMENTOS.
PROJETO EXECUTIVO	Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, conforme descrição detalhada apresentada no APÊNDICE E.
PROJETO FUNCIONAL	Conjunto de elementos que, sem limitar ou afastar os demais riscos alocados à CONCESSIONÁRIA, permitem a caracterização da obra, o serviço ou o complexo de obras e serviços que compõem o empreendimento, de tal modo que suas características básicas e desempenho almejado estejam perfeitamente definidos, possibilitando a estimativa de seu custo e prazo de execução, conforme descrição detalhada apresentada no APÊNDICE E.

PROJETOS DOS INVESTIMENTOS	Projetos a serem apresentados pela CONCESSIONÁRIA, em até 6 (seis) meses de antecedência da data prevista para a sua realização, conforme proposto no PLANO DE INVESTIMENTOS.
PROPOSTA DE PREÇO ou PROPOSTA	Proposta na qual foi apresentado o valor do desconto sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MÁXIMA para exploração do objeto da CONCESSÃO, conforme regramento no EDITAL
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	Documentação necessária à comprovação de habilitação econômico-financeira para contratação com o PODER CONCEDENTE.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com o PODER CONCEDENTE.
REAJUSTE	Correção monetária automática e periódica dos valores das TARIFAS, com vistas a preservar seu valor econômico em face da inflação ou deflação geral dos preços na economia, conforme indexador definido no CONTRATO.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas alternativas, complementares ou acessórias, decorrentes da execução de atividades acessórias, da gestão e fiscalização de SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou de projetos associados.
RECEITA ELETRÔNICA	As RECEITAS TARIFÁRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA por meios eletrônicos de pagamento aceitos pela CONCESSIONÁRIA, conforme regramento estabelecido no CONTRATO e no ANEXO 19.
RECEITA FÍSICA	As RECEITAS TARIFÁRIAS auferidas em dinheiro, mediante recebimento de moeda corrente nacional ou outra forma física de pagamento aceita pela CONCESSIONÁRIA e permitida nos termos do CONTRATO e no ANEXO 19.
RECEITA TARIFÁRIA	Compreende a somatória das TARIFAS cobrada dos USUÁRIOS, calculada com base no disposto no ANEXO 5
REGULAMENTO DA CONCESSÃO	Regulamento da CONCESSÃO nos termos do

	ANEXO 1.
REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	Atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com o PODER CONCEDENTE.
RELATOR INDEPENDENTE	Relator que poderá ser contratado, de comum acordo, pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO para elaboração dos relatórios previstos no ANEXO 10.
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO OU IQD	Relatório contendo a apuração do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA na consecução do objeto do CONTRATO, que será preparado periodicamente pela ARTESP e entregue à CONCESSIONÁRIA nos termos do regramento estabelecido no CONTRATO e ANEXO 03.
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS	Relatório de monitoramento contínuo de todo o SISTEMA DE TRAVESSIAS, a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA, em até 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA, contendo consolidação dos resultados do monitoramento, com a indicação dos riscos identificados e as medidas preventivas propostas.
REMUNERAÇÃO	Montante que a CONCESSIONÁRIA fará jus pela execução do CONTRATO, composto pela arrecadação da TARIFA e da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, nos termos do CONTRATO e seus ANEXOS, especialmente ANEXO 14.
REPRESENTANTE CREDENCIADO	Pessoas físicas autorizadas a representar os LICITANTES em todos os documentos e atos relacionados à LICITAÇÃO
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela Pessoa física indicada para se responsabilizar pelos serviços de ampliação, operação e manutenção a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA, mediante vínculo direto ou

	indireto, neste caso por intermédio de terceiro contratado mediante SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA, quando possível.
REVISÃO EXTRAORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, a pedido da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, ou mediante provocação da ARTESP, a fim de ajustá-lo às mudanças, alterações ou condições que venham a influenciar o cumprimento contratual, nos termos do CONTRATO, e recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, apenas cabível nas hipóteses excepcionais previstas no CONTRATO, em que não seja possível tratar a questão em sede de REVISÃO ORDINÁRIA.
REVISÃO ORDINÁRIA	Revisão do CONTRATO, realizada quadrienalmente, com o escopo de adaptar os INDICADORES DE DESEMPENHO, PLANO DE INVESTIMENTOS e PLANO DE SEGUROS, e quaisquer outras condições da CONCESSÃO PATROCINADA, às modificações que tenham sido percebidas neste período, a fim de recompor o seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no CONTRATO
SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do PRIMEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
SELIC	É a taxa de juros média praticada nas operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil.
SERVIÇO ADEQUADO	É o serviço que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, dentro dos melhores parâmetros de qualidade, valendo-se de todos os meios e recursos para sua execução, aos padrões e procedimentos estabelecidos no CONTRATO, àqueles determinados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP e nos termos da legislação e regulamentação vigentes, especialmente

	observando o artigo 6º, da Lei Federal nº 8.987/1995, e artigo 17, da Lei Estadual nº 7.835/1992, representadas pelos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 8.
SERVIÇOS	Serviços a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA compreendendo aqueles correspondentes às funções de transporte de passageiros e veículos, ampliação de infraestrutura terrestre e aquaviária, aquisição de embarcações, manutenção e conservação de todo o SISTEMA DE TRAVESSIAS.
SESSÃO PÚBLICA	Sessão pública presencial para recebimento dos ENVELOPES e prática dos demais atos pertinentes à LICITAÇÃO.
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO ou SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO	Conjunto de recursos-meio (subsistemas, equipamentos, software, procedimentos etc.), a serem utilizados para a tarifação e o controle de acesso ao SISTEMA DE TRAVESSIAS, e gerenciamento dos valores recebidos pela comercialização de créditos monetários, podendo ainda envolver a possível exploração de outros negócios.
SISTEMA DE HORA MARCADA	Serviço contratado de agendamento para horário de embarque de USUÁRIO do SISTEMA DE TRAVESSIAS, nos termos do ANEXO 6.
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE)	Sociedade anônima constituída na conformidade da lei brasileira com a finalidade específica de prestar os SERVIÇOS DELEGADOS, os serviços complementares e as demais atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS objeto da presente CONCESSÃO.
SISTEMA DE TRAVESSIAS	Conjunto de travessias concedidas à CONCESSIONÁRIA, objeto de delegação mediante CONTRATO DE CONCESSÃO, a serem operadas nas áreas descritas no ANEXO 2.
SISTEMA DE TRAVESSIAS	Conjunto de TRAVESSIAS que consiste em uma infraestrutura e operação integrada de transporte

LITORÂNEAS	aquaviário que conecta regiões costeiras. Fazem parte das travessias litorâneas aquelas localizadas nas regiões geográficas LITORAL CENTRO, LITORAL NORTE e LITORAL SUL.
SISTEMA DE TRAVESSIAS METROPOLITANAS	Conjunto de TRAVESSIAS que consiste em uma infraestrutura e operação integrada de transporte aquaviário que conecta regiões de represa. Fazem parte das travessias metropolitanas: (i) Bororé: São Paulo – São Paulo; (ii) Taquacetuba: São Paulo – São Bernardo; (iii) João Basso: São Bernardo – São Bernardo.
SISTEMA DE TRAVESSIAS PARAIBUNA	Conjunto de TRAVESSIAS que consiste em uma infraestrutura e operação integrada de transporte aquaviário que conecta regiões de represa. Fazem parte das travessias Paraibuna: (i) Paraitinga: Capim D'Angola – Ribeirão Branco; (ii) Varginha: Varginha – Comércio; (iii) Natividade da Serra: Natividade da Serra – Terminal Alto e Bairro Alto.
SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Solicitação feita pela CONCESSIONÁRIA, sujeita à prévia anuência pela ARTESP, para a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE da SPE, exceto nos casos previstos no ACORDO TRIPARTITE, caso este seja assinado
SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA	Hipótese facultada ao licitante para a comprovação das condições técnicas compatíveis com os investimentos iniciais e com a operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha os requisitos definidos no ANEXO 16.
SUBCONTRATADOS	Terceiro contratado à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.
SUCESSORA	Concessionária, vencedora de processo licitatório já finalizado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o SISTEMA DE TRAVESSIAS, ou órgão ou entidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA que suceda a CONTRATADA
TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE	Tabela de classificação de infrações nos termos do

INFRAÇÕES	ANEXO 11.
TARIFA	TARIFA DE PEDESTRES E CICLISTAS e TARIFA DE VEÍCULOS, cobradas pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e especialmente do ANEXO 5, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP.
TARIFA DE PEDESTRES E CICLISTAS	Tarifa a ser aplicada aos USUÁRIOS que realizam trajetos do SISTEMA DE TRAVESSIAS por meio de bicicletas ou que sejam pedestres, constantes da categoria 1 da Tabela 1 do ANEXO 5.
TARIFA DE VEÍCULOS	Tarifa a ser aplicada aos USUÁRIOS que realizam trajetos do SISTEMA DE TRAVESSIAS por meio de veículos, conforme categorias listadas nas Tabelas 2 e 3 do ANEXO 5.
TERCEIRO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA	Período de quatro anos que se inicia a partir do fim do SEGUNDO CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.
TERMINAIS	Infraestruturas públicas destinadas à operação de atividades de embarque e desembarque de passageiros e veículos no SISTEMA DE TRAVESSIAS.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento assinado pelo ARTESP e pela CONCESSIONÁRIA, quando da extinção da CONCESSÃO, retratando a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação, a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como a previsão de treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser assinado pela CONCESSIONÁRIA e pela ARTESP, com participação da SUCESSORA, se pertinente, configurando o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do SISTEMA DE TRAVESSIAS, nos termos do Anexo 10.
	Documento contendo registro das eventuais

TERMO DE FISCALIZAÇÃO	ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas no SISTEMA DE TRAVESSIAS, que a ARTESP deverá encaminhar à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	Termo de Recebimento Definitivo do SISTEMA DE TRAVESSIAS, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO.
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	Termo de Recebimento Provisório do SISTEMA DE TRAVESSIAS, disciplinado no ANEXO 10 e no CONTRATO
TERMO DE TRANSFERÊNCIA	Documento emitido pela ARTESP, com fundamento na manifestação vinculante do VERIFICADOR INDEPENDENTE, após o término da FASE DE TRANSIÇÃO, por meio do qual se opera a transferência, pelo PODER CONCEDENTE e por intermédio da ARTESP, do controle do SISTEMA DE TRAVESSIAS à CONCESSIONÁRIA e a partir de cuja assinatura se inicia o PRAZO DA CONCESSÃO.
TITULAR DE DADOS PESSOAIS	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos do artigo 5º, V, da Lei Federal nº 13.709/2018 e nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	Consiste na transferência da CONCESSÃO a terceiros mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO.
TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO ou TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE	Qualquer modificação de composição societária que implique modificação do CONTROLE, direto ou indireto, da CONCESSIONÁRIA, observada o disposto na Lei Federal nº 6.404/1976.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE DO SISTEMA DE TRAVESSIAS ou TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE TRAVESSIAS	A transmissão direta, do todo ou em parte, do SISTEMA DE TRAVESSIAS, conforme objeto de futuro processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA, ou decorrente de procedimento de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.
	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção,

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ou TRATAMENTO	recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
TRAVESSIA	Quaisquer das travessias que compõem o SISTEMA DE TRAVESSIAS, conforme dispostas no ANEXO 2.
TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos do CONTRATO.
TRIBUNAL MARÍTIMO	Órgão Autônomo, com jurisdição em todo o território nacional, auxiliar do Poder Judiciário, vinculado ao Comando da Marinha, que tem como atribuições: julgar os acidentes e fatos da navegação; manter o registro geral da propriedade naval, da hipoteca naval e demais ônus sobre EMBARCAÇÕES brasileiras e dos armadores de navios brasileiros.
USUÁRIOS	Pessoas que utilizam o SISTEMA DE TRAVESSIAS, sejam estas condutoras de veículos ou não.
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	Valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS PREVISTOS no EVTE.
VALOR DE AJUSTE DO APORTE	Valor correspondente ao benefício econômico-financeiro obtido pela CONCESSIONÁRIA com a eventual percepção antecipada de APORTE PÚBLICO, em decorrência de atestação, pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, de conclusão de EVENTO DE DESEMBOLSO, que posteriormente não venha a ser confirmada pela ARTESP, nos termos do ANEXO 15.
VALOR DO ADICIONAL DE VIAGENS	É a diferença percentual entre VIAGENS REALIZADAS e VIAGENS-BASE PROGRAMADAS.

VEÍCULOS ISENTOS	Veículos especificados no DECRETO que estão isentos do pagamento de TARIFA no SISTEMA DE TRAVESSIAS.
USUÁRIOS PRIORITÁRIOS E PREFERENCIAIS	USUÁRIOS especificados no DECRETO que possuem prioridade e/ou preferência de atedimento
VERIFICADOR INDEPENDENTE ou VERIFICADOR	Empresa ou consórcio de empresas, a ser contratada(o) pela CONCESSIONÁRIA, que deverá proceder à avaliação independente dos INDICADORES DE DESEMPENHO do CONTRATO, bem como desempenhar outras funções previstas no CONTRATO e nos ANEXOS 8 e 16.
VIAGENS-BASE PROGRAMADAS	Número de viagens programadas dentro do período especificado.
VIAGENS REALIZADAS	Número de viagens efetivamente executadas dentro do período especificado.
VISITA TÉCNICA	Visita técnica realizada pelas LICITANTES nos termos do EDITAL.

LISTA DE ABREVIATURAS

1.2. Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO, ANEXOS e APÊNDICES, salvo disposição expressa em contrário, as abreviaturas listadas abaixo deverão ser compreendidas de acordo com os seguintes conceitos, podendo ser utilizados tanto no plural quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ADA	
ADCP	<i>Acoustic Doppler Current Profile.</i>
AIS	<i>Automatic Identification System.</i>
AMR	Área em Processo de Monitoramento para Reabilitação.
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
API	<i>Application Programming Interface.</i>

APP	Área de Preservação Permanente.
ARTESP	Agência de Transporte do Estado de São Paulo.
AVI	<i>Automatic Vehicle Identification.</i>
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou entidade que venha a substituí-lo.
CBUQ	Concreto Betuminoso Usinado a Quente.
CCI	Centro de Controle de Informações.
CCO	Centro de Controle Operacional.
CDPED	Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.
CEEP	Cadastro Estadual de Empresas Punidas.
CEIS	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.
CEL	Comissão Especial de Licitação.
Certificado/Certificação de Qualidade	Certificação de atendimento às normas técnicas aplicáveis
Certificadora	Pessoa jurídica responsável pela atestação de obras ou projetos
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CFTV	Sistema de Monitoramento por Circuito Fechado de Televisão.
CGPPP	Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo
CN	Controle Norte.
CNDT	Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas.
CNEP	Cadastro Nacional de Empresas Punidas.
CNIA	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente.
CONAR	Conselho Nacional Auto Regulamentação Publicitária.
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CSN	Certificado de Segurança da Navegação.
CSP	Coeficiente de Serviços Prestados
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
CV	Controle Vicente de Carvalho.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

DER	Departamento de Estradas de Rodagem.
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S.A.
DH	Departamento Hidroviário.
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
DPEM	Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por Suas Cargas.
DUP	Declaração de Utilidade Pública.
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio
EMV	Europay, Mastercard & Visa.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
e-Sanções	Conselho Nacional de Justiça, no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira.
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
GC	Gestoras de Créditos ou Meios de Pagamento .
GCTI	Grupo Central de Transportes Internos.
GPS	<i>Global Positioning System.</i>
IAD	Índice de Atendimento à Demanda, conforme disciplina do ANEXO 8.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDF	índice de Disponibilidade da Frota, conforme disciplina do ANEXO 8.
IHP	Índice de Cumprimento de Horários Programados, conforme disciplina do ANEXO 8.
IOE	índice de Ocupação de Embarcações, conforme disciplina do ANEXO 8.
IPCA/IBGE ou IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQS	Índice de Qualidade de Serviço, conforme disciplina do ANEXO 8.
IRU	Índice de Resposta aos Usuários, conforme disciplina do ANEXO 8.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
ITP	Índice de Cumprimento de Intervalos Programados, conforme disciplina do ANEXO 8.
IVA	Análise Inteligente de Vídeo.

IVP	Índice de Cumprimento das Viagens Programadas, conforme disciplina do ANEXO 8.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
LFT	Letras Financeiras do Tesouro Nacional.
LTN	Letras do Tesouro Nacional.
MIA	Monitoramento das Informações de Arrecadação.
NFC	<i>Near Field Communication.</i>
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima.
NPCP-SP	Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos de São Paulo.
NRs	Normas Regulamentadoras à Lei de Consolidação de Leis Trabalhistas
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional - Série B.
NTN-B Principal	Notas do Tesouro Nacional Série B Principal.
NTN-C	Notas do Tesouro Nacional Série C.
NTN-F	Notas do Tesouro Nacional Série F.
OSAs	Operadoras do Sistema Automático.
PABX	<i>Private Automatic Branch Exchange.</i>
PcD	Pessoas com Deficiência.
PEI	Plano de Emergências Individuais.
PEIC	Parque Estadual da Ilha do Cardoso.
PGRS	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
PI	Plano de Investimentos.
PIS	Programa de Integração Social.
PMV	Sistema de Painel de Mensagens Variáveis Fixo ou Móvel.
PMV	Painel de Mensagem Variável.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
PRA	Programa de Redução de Acidentes.
PVC	
QR Code	<i>Quick Response Code.</i>
RAMA	Relatório Anual de Meio Ambiente.
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura. [OBJ]
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SISDEMANDA	Sistema Digital Integrado e Gerenciamento de Demandas da Sociedade.
SLT	Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo.

SLP	Sistema de Levantamento de Preços da ANP.
SMS	Segurança do Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional.
SPE	Sociedade de Propósito Específico.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
TCE/SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
TT	TERMO DE TRANSFERÊNCIA
TTS	<i>Text to Speech.</i>
UC	Unidades de Conservação Ambientais.
URA	Unidade de Resposta Audível.
VE	Vale Escolar.
VHF	<i>Very High Frequency.</i>
VPL	Valor Presente Líquido.
VT	Vale Transporte.